

VIOLÊNCIA NO PRÉ-NATAL, PARTO E PÓS-PARTO

Sociedade civil exige responsabilização criminal

Notícias, Nacional, 13-10-2021, Pág. 06, Ed. n.º 31.428

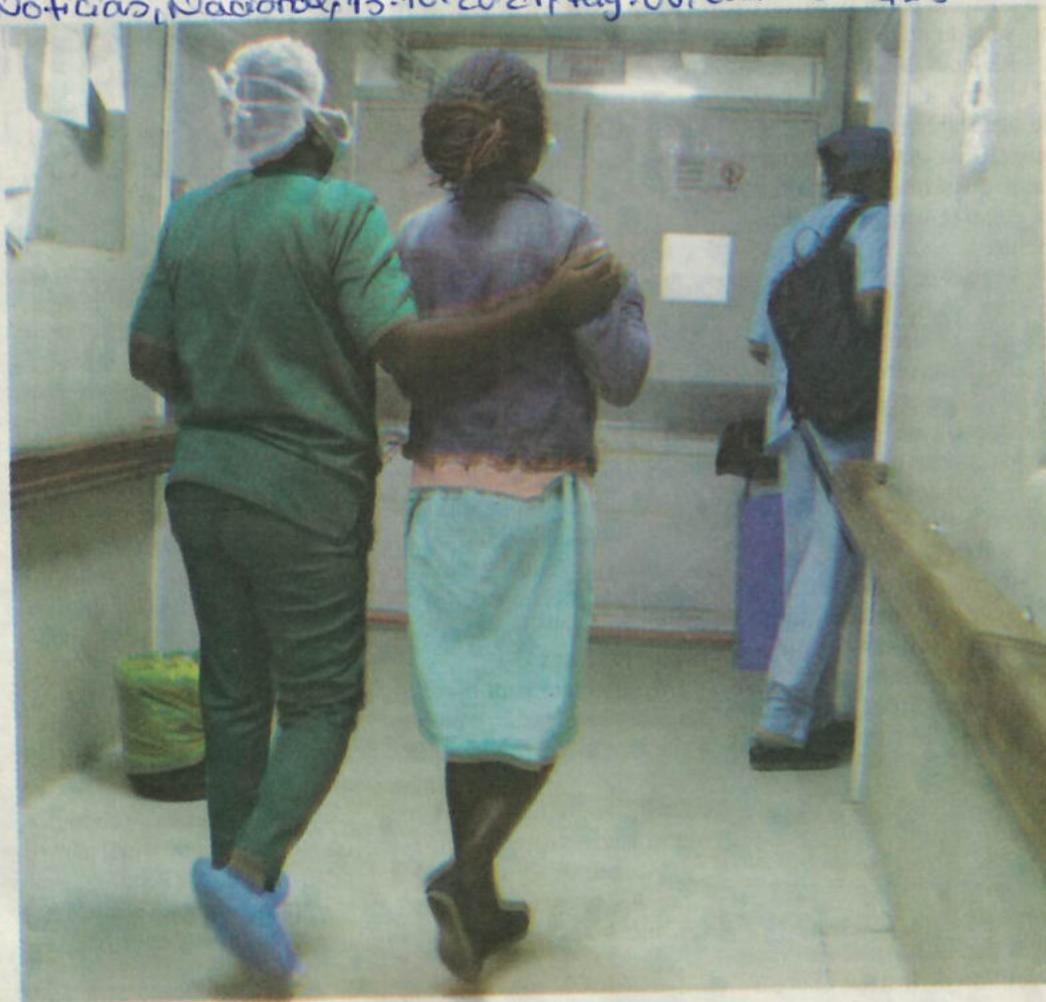
ORGANIZAÇÕES da sociedade civil exigem a responsabilização administrativa e criminal de profissionais de saúde que protagonizam actos de violência e tratamentos degradantes às mulheres no pré-natal, parto e pós-parto.

Através de um documento apresentando ontem por Camila Fanheiro, as organizações da sociedade civil signatárias da “carta de protesto” manifestam a sua indignação perante relatos de desrespeito, negligência obstétrica e consequente morte de parturientes e bebés ou seu desaparecimento nos hospitais.

Recordaram que o país assinou e ratificou vários instrumentos de defesa e protecção de mulheres e crianças, como o “Plano de Acção de Maputo”.

Contudo, indicaram, continua preocupante a ocorrência deste tipo de práticas que geram medo e angústia nas utentes, num contexto em que a mortalidade materna é estimada em 452/10 000 nados vivos e a infantil em 67/1000 nados vivos.

Apontam que a negli-



Sociedade civil exige atendimento humanizado como este, nos hospitais

gência hospitalar e a violência obstétrica pode culminar ainda em complicações,

como doenças hipertensivas e infecciosas, eclâmpsia e hemorragias.

“Preocupa-nos a forma impávida, serena e até de cumplicidade com que o

Sistema Nacional de Saúde e os respectivos profissionais parecem encarar este cenário. Esta aparente indiferença revela não apenas a falta de profissionalismo e humanismo mas, acima de tudo, uma flagrante violação dos direitos humanos que exige responsabilização administrativa e criminal e indemnização das vítimas”, defenderam.

O documento, a ser entregue ao Ministro da Saúde, Armindo Tiago, contém evidências e histórias de mulheres que passaram por situações de maus-tratos, por não terem pago “subornos” para um atendimento humanizado.

Algumas destas parturientes acabaram por perder os seus bebés e ficaram com sequelas, como a retirada do útero.

Na “carta de protesto”, quarenta organizações da sociedade civil exigem ainda uma investigação profunda à potencial rede de tráfico de bebés nas unidades sanitárias, assim como a responsabilização exemplar dos profissionais de saúde envolvidos em qualquer situação de violência.